



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO II - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS (RESULTADO PRIMÁRIO)

LRF, Art. 4º, § 1

R E C E I T A S	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021
	VALOR EM R\$ 1,00	VALOR EM R\$ 1,00	VALOR EM R\$ 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)	64.013.356,00	66.733.923,63	69.403.280,58
Receita Tributária	7.674.480,00	8.000.645,40	8.320.671,22
Receita de Contribuições	1.045,00	1.089,41	1.132,99
Receita Patrimonial	501.600,00	522.918,00	543.834,72
Receita Industrial	21.945,00	22.877,66	23.792,77
Receita de Serviços	223.630,00	233.134,28	242.459,65
Transferências Correntes	55.275.066,00	57.624.256,31	59.929.226,56
Outras Receitas Correntes	315.590,00	329.002,58	342.162,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	438.900,00	457.553,25	475.855,38
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	104.500,00	108.941,25	113.298,90
Transferências de Capital	334.400,00	348.612,00	362.556,48
DEDUÇÃO DO FUNDEB (III)	7.230.146,00	7.537.427,21	7.838.924,29
RECEITA TOTAL (IV) = (I+II-III)	57.222.110,00	59.654.049,68	62.040.211,66
RECEITA FINANCEIRA (V)	463.000,00	482.677,50	501.984,60
RECEITA NÃO FINANCEIRA (VI) = (IV-V)	56.759.110,00	59.171.372,18	61.538.277,06
D E S P E S A S	VALOR EM R\$ 1,00	VALOR EM R\$ 1,00	VALOR EM R\$ 1,00
DESPESAS CORRENTES (VII)	55.625.295,75	57.989.372,90	60.308.947,82
Pessoal/Encargos Sociais	36.901.667,00	38.469.987,85	40.008.787,36
Juros/Encargos da Dívida Interna	11.495,00	11.983,54	12.462,88
Outras Despesas Correntes	18.712.135,75	19.507.401,52	20.287.697,58
DESPESAS DE CAPITAL (VIII)	1.555.012,25	1.621.100,27	1.685.944,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Investimentos	921.742,25	960.916,30	999.352,95
Amortização da Dívida Interna	633.270,00	660.183,98	686.591,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	41.800,00	43.576,50	45.319,56
DESPESA TOTAL (IX) = (VII+VIII)	57.222.110,00	59.654.049,68	62.040.211,66
DESPESA FINANCEIRA (X)	644.765,00	672.167,52	699.054,21
DESPESA NÃO FINANCEIRA (XI) = (IX-X)	56.577.345,00	58.981.882,16	61.341.157,45
RESULTADO PRIMÁRIO (XII) = (VI-XI)	181.765,00	189.490,02	197.119,61



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO II - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS (RESULTADO NOMINAL)

LRF, Art. 4º, § 1

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.815.894,38	2.898.364,36	2.292.364,36	1.686.364,36	1.080.364,36	474.364,36
DEDUÇÕES (II)	1.063.078,39	2.031,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	2.043.997,81	2.168.481,33	2.170.000,00	2.170.000,00	2.170.000,00	2.170.000,00
Haveres Financeiros	5.931,98	2.031,98	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	986.851,40	2.429.305,16	2.170.000,00	2.170.000,00	2.170.000,00	2.170.000,00
DÍVIDA CONS.LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.752.851,99	2.896.332,38	2.292.364,36	1.686.364,36	1.080.364,36	474.364,36
RECEITAS PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV)	1.752.851,99	2.896.332,38	2.292.364,36	1.686.364,36	1.080.364,36	474.364,36
RESULTADO NOMINAL (V)	-147.972,47	1.143.480,89	-603.968,02	-606.000,00	-606.000,00	-606.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS MINAS GERAIS

ANEXO II - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019 DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

RESULTADO PRIMÁRIO:

Baseados nas projeções de crescimento baixo do PIB brasileiro para o Exercício de 2018, conjuntamente com as expectativas de metas de inflação do Banco Central do Brasil, no percentual de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento), optamos por manter utilizar esse índice de inflação para o exercício de 2019.

Para os demais exercícios (2020 e 2021), achamos por bem optar pelos percentuais de 4,25% (quatro vírgula vinte e cinco por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional e Metas de Inflação do Banco Central.

O aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa Pessoal e Encargos Sociais, deve-se a fatos como o reajuste salarial (Revisão Geral Anual prevista na Constituição Federal de 1988) dos servidores da ativa e dos proventos de aposentadoria dos inativos

O pagamento de juros e encargos da dívida tem-se mantido em patamar relativamente constante, com o intuito de honrar os contratos assinados.

O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS MINAS GERAIS

RESULTADO NOMINAL:

O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

O Resultado Nominal para o exercício de 2019, foi projetado levando-se em conta a realização de pagamentos do principal de financiamento junto a órgãos financeiros (caso ocorra novos contratos) e dívidas com contrato vigente (Parcelamento de Débito com o INSS e CEMIG) e pelo histórico de evolução da DCL – Dívida Consolidada Líquida e projetos de liberação junto a Secretaria do Tesouro Nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO II - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso I

R E C E I T A S	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2017
	PREVISTO	REALIZADO
RECEITAS CORRENTES (I)	51.361.000,00	48.528.744,88
RECEITAS DE CAPITAL (II)	612.500,00	184.286,20
DEDUÇÃO DO FUNDEB (III)		
RECEITA TOTAL (IV) = (I+II-III)	51.973.500,00	48.713.031,08
RECEITA FINANCEIRA (V)	30.000,00	45.900,00
RECEITA NÃO FINANCEIRA (VI) = (IV-V)	51.943.500,00	48.667.141,08
D E S P E S A S	VALOR EM R\$ 1,00	VALOR EM R\$ 1,00
DESPESAS CORRENTES (VII)	48.884.422,05	45.008.181,12
DESPESAS DE CAPITAL (VIII)	2.079.719,15	2.309.849,96
DESPESA TOTAL (IX) = (VII+VIII)	50.964.141,20	47.318.031,08
DESPESA FINANCEIRA (X)	437.690,00	604.779,02
DESPESA NÃO FINANCEIRA (XI) = (IX-X)	50.526.451,20	46.713.252,06
RESULTADO PRIMÁRIO (XII) = (VI-XI)	1.417.048,80	1.953.889,02



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO II - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso I

ESPECIFICAÇÃO	2017 PREVISTO	2017 REALIZADO
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.534.304,94	2.898.364,36
DEDUÇÕES (II)	1.063.572,54	2.031,98
Ativo Disponível	2.043.997,81	2.168.481,33
Haveres Financeiros	5.931,98	2.031,98
(-) Restos a Pagar Processados	(986.357,25)	2.429.305,16
DÍVIDA CONS.LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.470.732,40	2.896.332,38
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV)	1.470.732,40	2.896.332,38
RESULTADO NOMINAL (V)	(1.206.146,12)	1.143.480,89

Referente ao Resultado Nominal do exercício de 2017, podemos destacar a diminuição da dívida consolidada em decorrência de amortização dos parcelamentos de débitos perante o INSS e CEMIG e conclusão (quitação) dos contratos relacionados ao BDMG e PASEP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO II - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO III – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2016	2017
Patrimônio/Capital	18.102.858,42	25.677.491,18	24.556.715,27
Reservas			
Resultado Acumulado			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.456.349,12	25.880.772,86	24.556.715,27

Destacamos a evolução do Patrimônio Líquido do Município que é a representação de seu crescimento ou decréscimo patrimonial.

No comparativo entre 2016 e 2017 o decréscimo patrimonial totalizou o montante de R\$ 1.324.057,59.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO II - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO IV – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2015	2016	2017
ORIGEM DOS RECURSOS			
Receitas de Alienações e Rentabilidades Financeiras	0,00	1.010,49	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	45.900,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	46.910,49	0,00
DESPESAS LIQUIDADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL(II)	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (III)	198,81	198,81	47.109,30
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (IV) = (I-II+III)	198,81	47.109,30	47.109,30

Nos exercícios de 2015 e 2017 não ocorreram alienação de ativos (Leilões).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUÍ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO II - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO V – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso V

EVENTO	VALOR PREVISTO – 2019
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III – IV)	0,00

OBSERVAÇÃO: O Município de Itauí de Minas não possui previsão para expansão de suas despesas de caráter continuado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO III
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

LRF, Art. 4º, § 3º

ESPECIFICAÇÕES	2019	PROVIDÊNCIAS
Renúncia de Receita	0,00	-
Precatórios (Sentenças Judiciais)	60.000,00	Previsão de Dotação Orçamentária na LOA para o exercício de 2019 e caso seja necessário, contenção de Despesas de Custeio e Reserva de Contingência
Requisição de Pequeno Valor	500.000,00	Previsão de Dotação Orçamentária na LOA para o exercício de 2019 e caso seja necessário, contenção de Despesas de Custeio e Investimentos.
Outros (Judicialização de Saúde)	60.000,00	Previsão de Dotação Orçamentária na LOA para o exercício de 2019 e caso seja necessário, contenção de Despesas de Custeio e Reserva de Contingência.

MENSAGEM Nº 06/2018

Itaú de Minas, em

Senhor Presidente,

Pela presente, venho encaminhar a apreciação do Projeto de Lei, de minha autoria, que versa sobre a seguinte

- DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019 E PROVIDÊNCIAS.

O Projeto de Lei em pauta objetiva orientar a elaboração da orçamentária para o exercício de 2019, atendendo aos requisitos legais previstos no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e no Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I - as orientações básicas para a elaboração da orçamentária anual;

II - as disposições sobre a política de pessoal e de recursos humanos extraordinário;

III - as disposições sobre as receitas, alterações tributárias e as medidas de combate à evasão e à sonegação;

IV - o equilíbrio entre receitas e despesas;

X - a definição de critério para o início de novos

XI - a definição de despesas consideradas irrelevantes;

XII - o incentivo à participação popular;

XIII - as disposições gerais.

Os dispositivos constantes no presente projeto de lei têm grande importância para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2019, contendo as balizas necessárias para que o mesmo alcance todos os seus objetivos.

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º da Lei nº 101/2000, integram o projeto de lei de diretrizes orçamentárias:

- Anexo de Metas e Prioridades

- Anexo de Metas Fiscais

- Anexo de Riscos Fiscais

Esperamos contar com a habitual atenção de V. Exas. dos Nobres Edis para apreciação, votação e aprovação do presente projeto de lei.

Aproveito o ensejo para reiterar a todos a expressão de minha consideração.

Atenciosamente,

PROJETO DE LEI Nº 10, DE 13 DE ABRIL DE 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Itaú de Minas (MG), por seus representantes aprova:

Disposições Preliminares

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2019, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III - disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V - equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - critérios e formas de limitação de empenho;
- VII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX - autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI - definição de critérios para início de novos projetos;

XII - definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII - incentivo à participação popular;

XIV - as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações que serão estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período 2018-2021, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária de 2019 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2019 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2018-2021.

Art. 4º - O orçamento fiscal discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º - O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município.

Art. 6º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - texto da lei;

II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2019, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2018, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo Único - O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos da receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no *caput*, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º - O Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de agosto de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa.

Art. 11 - A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12 - A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13 - Na lei orçamentária para o exercício de 2019, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com bases nas operações contratadas.

Art. 14 - A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15 - A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16 - A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 6% (seis por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2019, destinada ao atendimento de passivos contingentes,

outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizado às concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, revisão geral do Estatuto do Servidor Público, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2019 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18 - O pagamento pela realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviços extraordinários para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19 - A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2019, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do Município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 21 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2019.

§ 2º. No caso de não aprovação das propostas de alterações previstas no *caput*, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de créditos, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2019 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24 - Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesas do Município no exercício de 2019 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2019 a 2021, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo Único - Não será aprovado projeto de lei que impliquem em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - para elevação das receitas:

a) a implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;

b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II - para redução das despesas:

a) utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2019, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação previstas no *caput* deste artigo:

I - as despesas com pessoal e encargos sociais;

II - as despesas com benefícios previdenciários;

III - as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV - as despesas com PASEP;

V - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI - as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27 - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29 - É vedada inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenção sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I - às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, as áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II - às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III - às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo Único. A transferência de recursos por meio de subvenção social a entidade privada sem fins lucrativos fica condicionada, ainda, ao atendimento

dos procedimentos e dos requisitos da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).

Art. 30 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, esporte, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para realização de transferências financeiras a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33 - As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 29 a 32 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de Plano de Trabalho e da celebração, conforme o caso, de convênio, ou de termo de cooperação ou de termo de fomento, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993 para os convênios, e do art. 42 da Lei nº 13.019/2014 para os termos de cooperação e de fomento.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do Plano de Trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35 - É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo Único - As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36 - A Transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único - O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo Único - A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros Para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 38 - O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao *caput* deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade

do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, os seguintes demonstrativos:

I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às Metas Bimestrais de Arrecadação, à Programação Financeira e ao Cronograma Mensal de Desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios Para Início de Novos Projetos

Art. 39 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;

II - as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo Único - Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2019, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2018.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41 - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2019, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo Único - O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 42 - Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - elaboração da proposta orçamentária de 2019, mediante regular processo de consulta;

II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 43 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§1º. As categorias de programação aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas por meio de decreto para atender às necessidades de execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesas.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 44 - A abertura de crédito suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 45 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivado mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 46 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante a parte cuja alteração é proposta.

Art. 47 - Se o projeto de lei orçamentária de 2019 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários;

III - amortização, juros e encargos da dívida;

IV - PASEP;

V - demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI - outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º. As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2019, multiplicando pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do *caput*, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária 2019 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 48 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas e Prioridades;

II - Anexo de Metas Fiscais;

III - Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 49 - O município poderá realizar, no curso da execução orçamentária, a inclusão de outras fontes de recursos e alteração do código da fonte e destinação de recursos aprovados na lei orçamentária de 2019, para atender as suas peculiaridades.

§1º. Não se considera abertura de crédito adicional suplementar a modificação do código da fonte e da destinação de recursos de que trata o *caput* deste artigo.

§2º. As modificações de que trata o *caput* deste artigo serão efetuados por ato do Chefe do Poder Executivo, devidamente justificativas, observando-se o padrão estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas, obedecendo ainda às normas sobre a matéria editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 50 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itaú de Minas (MG), em 13 de abril de 2018.

RONILTON GOMES CINTRA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL

Programa: 0101 – Processo Legislativo

Objetivos: Fiscalizar, acompanhar e julgar as contas e atos do Executivo Municipal, legislando para o crescimento do Município e bem estar dos cidadãos.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Câmara Municipal

DESCRIÇÃO	META
Ação: Investimentos da Câmara Municipal Produto: Investimentos Realizados	100 %
Ação: Manutenção das Atividades da Câmara Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Pagamento de Outros Benefícios Serv. Segurado Produto: Pagamentos Efetuados	100 %
Ação: Manut. dos Subsídios dos Vereadores Produto: Subsídios Mantidos	100 %
Ação: Manutenção Coord. Defesa do Consumidor Produto: Defesa do Consumidor Mantida	100 %
Ação: Homenagens, Recepções e Festividades Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manut. das Atividades Cidadão do Amanhã Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção Ativ. Cívicas e de Cidadania Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção das Ativ. Com Publicidade Produto: Divulgação Realizada	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PARLAMENTO JOVEM Produto: Atividades Mantidas	100%
Ação: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO Produto: Atividades Mantidas	100%
Ação: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA CIDADAO DO AMANHA Produto: Atividades Mantidas	100%
Ação: OUVIDORIA E CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADAO Produto: Atividades Mantidas	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

Programa: 0401 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Objetivos: Administrar o serviço público visando a qualidade e eficiência dos trabalhos realizados a população. Executar as atividades de controle funcional, desenvolvimento, treinamento, desempenho, promoções, compras, alienações e patrimônio.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Setores Diversos da Prefeitura

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção das Atividades do Gabinete Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção dos Subsídios dos Agentes Políticos Produto: Subsídios Mantidos	100 %
Ação: Manutenção da Secretaria de Planejamento Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: TRANSP. TRAB. P/SANTA CASA PASSOS -MG Produto: Trabalhadores Transportados	100 %
Ação: TRANSP. TRAB.P/JBS PASSOS/MG Produto: Trabalhadores Transportados	100%
Ação: Aquisição de Equipamentos, Mat. Permanentes para a Secretaria de Administração Produto: Equipamentos e Materiais Adquiridos	100 %
Ação: Aquisição de Imóveis para o Município Produto: Imóvel Adquirido	100 %
Ação: INSTALA. TORRE DE SINAL TV AREA CEGA Produto: Atividades Mantidas	100%
Ação: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV.ECON. E TURISMO Produto: Atividades Mantidas	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: Recepções, Festividades, Hospedagens e Homenagens Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção das Atividades da Administração Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Pagamento Água de Consumidores Subsidiados Produto: Pagamentos Realizados	100 %
Ação: Manutenção das Ativ. da Junta do Serviço Militar Produto: Junta do Serviço Militar Mantida	100 %
Ação: Contribuição Anual ao IBAM Produto: Contribuição Mantida	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Ação: Contribuição a AMEG Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Contribuição a AMM Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Contribuição a CNM Produto: Contribuição Mantida	100%
Ação: Manutenção Convênio com a Polícia Militar Produto: Segurança Garantida	100 %
Ação: Manutenção Convênio com a Polícia Civil Produto: Segurança Garantida	100 %
Ação: Manut. Convênio com a Polícia Militar Rodoviária Produto: Segurança Garantida	100 %
Ação: Manutenção do Setor de Pessoal Produto: Manutenção Mantida	100 %
Ação: MANUTENÇÃO SECRETARIA DE FINANÇAS Produto: Manutenção Mantida	100%
Ação: MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA Produto: Manutenção Mantida	100%
Ação: CONVENIO PODER JUDICIARIO Produto: Manutenção Mantida	100%
Ação: MANUT. ATIV. DE DIVULGAÇÃO OFICIAL Produto: Manutenção Mantida	100%
Ação: Manutenção de Contribuição ao PASEP Produto: Contribuição Mantida	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: Pagamentos Diversas Obrigações Patronais Produto: Pagamentos Realizados	100 %
Ação: Manutenção do Setor de Suprimentos Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: MANUT. SETOR DE COMUNICAÇÃO Produto: Atividades Mantidas	100%
Ação: Manutenção da Vigilância do Município Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção dos Serviços Telefônicos Produto: Serviços Mantidos	100 %
Ação: MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA Produto: Serviços Mantidos	100%
Ação: Manutenção dos Serviços de Televisão Produto: Serviços Mantidos	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 0402 – DEFESA E REPRESENTAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO

Objetivos: Defender e Representar o Município em Ações de qualquer natureza jurídica, visando manter sempre o interesse público do Município. Executar Projetos que proporcione igualdades de direitos e deveres aos cidadãos.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Gabinete do Prefeito

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção da Procuradoria Jurídica Produto: Atividades Mantidas	100 %

Programa: 0403 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Objetivos: Executar Obras de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos proporcionando condições de atendimento a população nos diversos serviços disponibilizados pela Administração Pública Municipal.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Administração

DESCRIÇÃO	META
Ação: Construção, Ampl.e Reforma de Prédios Públicos Produto: Prédios Construídos, Ampliados e Reformados	100 %

Programa: 0404 MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA INFORMÁTICA

Objetivos: Modernizar o serviço público em geral tornando eficientes e eficaz, através da implantação tecnológica na área de informática.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Tecnologia da Informação

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção do Processamento de Dados Produto: Atividades Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: Manutenção das Atividades dos Projetos de Internet Gratuita e Inclusão Digital Produto: Atividades Mantidas	100 %
--	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 2001 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Objetivos: Promover, auxiliar e incentivar ações para o desenvolvimento da Agropecuária Municipal, proporcionando aos pequenos produtores rurais do Município as condições básicas mínimas de manter suas famílias com a renda de sua produção.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção do Incentivo a Agropecuária Produto: Incentivo Mantido	100 %
Ação: Manutenção de Convênio c/ a EMATER Produto: Convênio Mantido	100 %
Ação: Aquisição Equip. e Mat. Perm. P/ a Agricultura Produto: Equipamentos e Materiais adquiridos	100 %
Ação: Aquisição de Máquinas p/ Patrulha Mecanizada Produto: Máquinas Adquiridas	100 %

Programa: 2201 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Objetivos: Proporcionar no Município a Infra Estrutura básica para que empresários possam através de incentivos fiscais e outros instalar suas indústrias no Município, gerando emprego, renda e fomentando o Comércio Local. Realizar cursos de treinamentos profissionalizantes capacitando mão-de-obra para o desenvolvimento industrial.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção de Incentivos a Indústria Produto: Incentivos Mantidos	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 2301 PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Objetivos: Proporcionar e Desenvolver projetos para a promoção e divulgação dos potenciais turísticos do Município, gerando assim fontes de renda e consciência ecológica e turísticas.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo

DESCRIÇÃO	META
Ação: Contribuição a Associação Nascentes das Gerais Produto: Contribuição Mantida	100 %

Programa: 2302 PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO DE SERVIÇOS

Objetivos: Promover e desenvolver ações para o desenvolvimento do Comércio Local, através de cursos de capacitação de profissionais e técnicas de comércio, gerenciamento e outros, mudando o conceito de comércio, expandido a visão do empresário.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção do Incentivo ao Comércio Produto: Incentivo Mantido	100 %
Ação: Subvenção Associação Artesãos/Prod. Caseiros Produto: Subvenção Mantida	100 %
Ação: Subvenção a Associação dos Apicultores de Itaú Produto: Subvenção Mantida	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 2401 DIVULGAÇÃO OFICIAL

Objetivos: Promover a divulgação de atos oficiais da Administração Pública Municipal dando legitimidade e transparência, proporcionando ao cidadão o acompanhamento das ações realizadas pelo Executivo.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Administração

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção das Atividades de Divulgação Oficial Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção dos Serviços Postais Produto: Atividades Mantidas	100 %

Programa: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivos: Realização de Despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Administração

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção de Inativos e Pensionistas Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Pagamento Outros Benefícios Serv. Segurados Produto: Pagamento Efetuado	100 %
Ação: Pagamento da Dívida Contratada Produto: Pagamento Efetuado	100%
Ação: DEMANDAS JUDICIAIS - SENTENÇAS Produto: Pagamento Efetuado	100%
Ação: DEMANDAS JUDICIAIS - RPV'S Produto: Pagamento Efetuado	100%



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: DEMANDAS JUDICIAIS - PRECATORIOS Produto: Pagamento Efetuado	100 %
---	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 0405 CONTROLE INTERNO

Objetivos: Controlar os atos da Administração Pública Interna, auxiliar no desenvolvimento de Programas em andamento e instituição de novos, fiscalizar a execução regular de programas e convênios. Executar as Atividades de Controle Funcional, Treinamento, avaliação de desempenho, rotinas de trabalho e outros afins.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Administração e Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção Setor de Comunicação e Zeladoria Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Setor de Contabilidade Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Controle Interno Produto: Atividades Mantidas	100 %

Programa: 0406 CONTROLE CENTRAL ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Objetivos: Promover a organização, fiscalização, atualização, arquivamento e arrecadação de receitas, planejando uma execução de despesas com equilíbrio e pautado dentro de ações priorizando o bem estar da população.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Finanças

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção da Secretaria de Finanças Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Setor de Tesouraria Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Setor de Tributação Produto: Atividades Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 1501 PLANEJAMENTO URBANO

Objetivos: Proporcionar melhoria da qualidade de vida da população, com infra-estrutura e urbanismo bem elaborados para o crescimento planejado da cidade.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Obras Públicas e Secretaria de Serviços Urbanos

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção da Secretaria de Obras Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Setor de Obras (Engenharia) Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção dos Serviços Iluminação Pública Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Ampliação, Remod. Rede de Iluminação Pública Produto: Rede de Iluminação Ampliada	100 %
Ação: Manutenção dos Serviços de Urbanismo Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção de Praças, Parques e Jardins Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Construção, Reforma de Pça, Parques e Jardins Produto: Pças, Parques e Jardins melhorados	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 1601 PROJETOS HABITACIONAIS

Objetivos: Garantir a população carente do município o direito a moradia, reduzindo o déficit habitacional do Município.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Obras Públicas

DESCRIÇÃO	META
Ação: Infra-Estrutura p/ Construção Casas Populares Produto: Infra-Estrutura Construída	200 un

Programa: 2601 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Objetivos: Proporcionar melhoria nas condições de locomoção nas zonas urbana e rural do município.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Obras Públicas

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção e Conservação de Vias Urbanas Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Abertura e Pavimentação de Vias Urbanas Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Aquis. Veículos e Máquinas p/ Setor de Estrada Produto: Máquinas e Veículos Adquiridos	100 %
Ação: Manutenção Serviços de Estradas de Rodagem Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Construção, Rec. Estradas , Pontes e Mataburros Produto: Construção e Recuperação realizadas	100 %
Ação: Manutenção do Setor de Transportes Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Terminal Rodoviário Produto: Atividades Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: Manutenção das Atividades do Setor de Trânsito Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Aquis. de Veículos e Máquinas p/ Transportes Produto: Veículos e Máquinas Adquiridos	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 1701 SANEAMENTO BÁSICO

Objetivos: Proporcionar a população condições satisfatória de saneamento, para melhoria na qualidade de vida.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Obras Públicas

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção e Conservação da Rede de Água Produto: Rede de Água Conservada	100 %
Ação: Manut.e Cons.Sistema Esgoto Sanitário e Pluvial Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Ampliação do Sistema Esgoto Sanitário e Pluvial Produto: Sistema Ampliado	100 %
Ação: Término da Canalização do Córrego do Ferro Produto: Canalização Concluída	100 %
Ação: Infra-Estrutura da Nova Parte da Canalizada do Córrego do Ferro Produto: Infra-Estrutura realizada	100 %

Programa: 1801 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Objetivos: Elaborar planejamentos de conservação da fauna e flora, amenizando a degradação do meio ambiente, com recuperação de áreas degradadas, para proporcionar as gerações futuras um ambiente mais saudável. Realizar Campanhas de conservação e conscientização para despertar o espírito de preservação.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Meio Ambiente

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção do Setor de Meio Ambiente Produto: Atividades Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 1503 SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Objetivos: Garantir a população serviços de qualidade, proporcionando local para velório e sepultamento.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Serviços Urbanos

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção do Cemitério Municipal Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Velório Municipal Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Ampliação e Melhorias no Cemitério Municipal Produto: Cemitério Ampliado e Melhorado	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 2002 APOIO AS ATIVIDADES DIRETAMENTE PRODUTIVAS

Objetivos: Proporcionar as atividades diretamente produtivas às condições básicas para a produção, evacuação e distribuição de seus produtos.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Serviços Urbanos

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção de Mercados e Feiras Produto: Atividades Mantidas	100 %

Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Objetivos: Garantir a população de baixa renda assistência social para acompanhamento e desenvolvimento de suas necessidades, proporcionando a esta população condições de melhoria de vida.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Desenvolvimento Social

DESCRIÇÃO	META
Ação: Subvenção Grupo Apoio Pac. Onc.Passos/Reg. Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Contribuição Ass.Volun.Comb.ao Câncer - AVCC Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Contribuição a Fundação PIO XII Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Contribuição Fund. São João Escócia Hosp. Otto Produto: Subvenção Mantida	100 %
Ação: Contribuição a Fund. Itaú de Assistência Social Produto: Contribuições Mantidas	100 %
Ação: Contribuição Hospital Câncer Sta Casa Passos Produto: Subvenções Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: Subvenção as Obras Sociais São Domingos Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Manut. Reforma Casas Pessoas Necessitadas Produto: Atividades Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Ação: Assistência a Carentes e Necessitados Produto: Carentes Assistidos	100 %
Ação: Apoio ao Desenv. do Artesanato Itauense Produto: Apoio efetuado	100 %
Ação: Manutenção Auxílio a Saúde aos Servidores Produto: Auxílio Mantido	100 %
Ação: Subvenção Social a Aprov Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Manut. Fundo M. Direito Criança e Adolescente Produto: Fundo Mantido	100 %
Ação: Contribuição ao Sind. Empregados da Prefeitura Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Aquis. Equip. e Mat. Perm. P/ Assistência Social Produto: Equipamentos e Materiais adquiridos	100 %
Ação: Manutenção do Conselho Tutelar Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção da Casa do Aposentado Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Subvenção ao Lar São Vicente de Paula Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Contribuição Sind. Emp. Pref. – Seguro de Vida Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Subvenção a Org. Social Gerson V. Damaceno Produto: Subvenções Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: Subvenção a Assoc. U. Este. Adv. Sétimo Dia Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Contrib. Assoc.Social Ig.Evang. Quadrangular Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Subv. Fundação Monsenhor Ernesto Cavichioli Produto: Subvenções Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Ação: Subvenção a Ass.Benef.Evang. de Itaú - ADJAC Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Subvenção a Ass. Amigos p/ Sempre de Itaú Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Subvenção Ass. Benef. Itaú de Minas Vida Nova Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Manutenção Prog. Alim.Famílias Serv. Públicos Produto: Programa Mantido	100 %
Ação: Contribuição Ass. Moradores Bairro Sto Antônio Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Construção Centro Social Bairro São Lucas (Projeto Esperança) Produto: Centro Social Construído	100 %
Ação: Manut. das Ativ. da Secretaria de Desenvolvimento Social Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Subvenção ao Grupo da 3ª Idade de Itaú de Minas Produto: Subvenções Mantidas	100 %
Ação: Construção de Creche para Idoso Produto: Prédio da Construção	100 %
Ação: Subvenção a Associação Luz do Servir Produto: Subvenções Mantidas	100%
Ação: Subvenção a Assoc.Benefic. União e Fraternidade Produto: Subvenções Mantidas	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Programa: 1301 PROMOÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Objetivos: Promover e incentivar as manifestações culturais e artísticas, para a descoberta de talentos em nossa comunidade, aprimorando, divulgando e desenvolvendo a cultura em nosso Município.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Cultura

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção da Escola de Música Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção das Com. Cívicas, Folc. e Culturais Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção das Atividades da Sec. de Cultura Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Parque de Eventos Produto: Parque Mantido	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Ação: Manutenção da Casa da Cultura Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Aquisição de Equipamentos p/ Escola de Música Produto: Equipamentos adquiridos	100 %
Ação: Aquisição de Equipamentos p/ a Casa da Cultura Produto: Equipamentos adquiridos	100 %
Ação: Aquisição de Equipamentos p/Parque de Eventos Produto: Equipamentos adquiridos	100 %
Ação: Manutenção Fundo de Proteção Patrim. Cultural Produto: Fundo Mantido	100 %
Ação: Construção da Casa do Congadeiro Produto: Casa do Congadeiro Construída	100 %

Programa: 1004 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Objetivos: Garantir uma alimentação com as condições nutritivas básicas para uma boa dieta alimentar, contribuindo para uma saúde saudável e uma aprendizagem eficaz.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Educação e Esporte

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção da Merenda Escolar Produto: Merenda Mantida	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Programa: 1201 ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivos: Promover, incentivar e elevar os níveis de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental a partir de ações que promovam a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores do cidadão.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Educação e Esporte

DESCRIÇÃO	META
Ação: PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola Produto: PDDE Mantido	100 %
Ação: Manutenção das Ativ. do Ensino Fundamental Produto: Atividades Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Ação: Manut. Ativ. do Ensino Fundamental – FUNDEB Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manut. Ativ. Ensino Fund. FUNDEB – Docentes Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manut. do Transporte Escolar Fundamental Produto: Transporte Mantido	100 %
Ação: Reforma e Ampliação de Prédios Escolares Produto: Escolas Reformada e Ampliadas	100 %
Ação: Aquis.Equip.e Mat. Perm. P/ Ensino Fundamental Produto: Equipamentos e Materiais Adquiridos	100 %
Ação: Aquisição de Veículos, Equip. e Material Perm. do Transporte Escolar Produto: Equipamentos e Materiais Adquiridos	100 %
Ação: Aquisição de Equipamentos de Informática para o Ensino Produto: Equipamentos Adquiridos	100 %
Ação: Contribuição a UNDIME Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Recepções, Homenagens e Festividades Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Reforma/Ampliação Escola Jorge Oliva Produto: Escola Reformada/Ampliada	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 1203 ATENDIMENTO AO ENSINO SUPERIOR E GERAL

Objetivos: Incentivar e apoiar a formação de novos profissionais de níveis superiores, qualificando a mão-de-obra em nosso Município.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Educação e Esporte

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção do Transporte Escolar Superior Produto: Transporte Mantido	100 %
Ação: Concessão de Bolsas de Estudos Produto: Bolsas Concedidas	100 %
Ação: Manutenção do Ensino Profissionalizante Produto: Atividades Mantidas	100 %

Programa: 1204 UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivos: Expandir o número de vagas nas Creches e Pré-Escolas da Rede Pública municipal, promovendo condições para que a crianças desperte o gosto pelo Ensino.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Educação e Esporte

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção de Creches Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção do Ensino do Pré-Escolar Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Ampliação e Reforma de Creches Produto: Creches ampliadas e reformadas	100 %
Ação: Ampliação de Pré-Escolar Produto: Pré-Escolar Ampliado	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: Aquisição Equip., e Material Perm. p/ Pré-Escolar Produto: Equipamentos e Materiais adquiridos	100 %
Ação: Aquisição de Material Permanente P/ as Creches Produto: Materiais adquiridos	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Ação: Manutenção Educação Infantil – Rec. FUNDEB Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manut.Educação Infanti –Rec.FUNDEB(Docente) Produto: Atividades Mantidas	100 %

Programa: 1205 ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Objetivos: Garantir aos alunos especiais aprendizagem para o seu desenvolvimento.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Educação e Esporte

DESCRIÇÃO	META
Ação: Subvenção a APAE Produto: Subvenção Mantido	100 %
Ação: Capacitação de Profissionais em Educ. Especial Produto: Profissionais Capacitados	100 %

Programa: 2701 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA DE DESPORTO E LAZER

Objetivos: Promover e incentivar as ações de desporto e lazer, proporcionando a população momento de descontração, esporte e alegria, contribuindo para a saúde física e mental da comunidade.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Educação e Esporte

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção Ativ. Esp. c/ Esporte Especializado Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Subvenção ao Itaú Atlético Clube Produto: Subvenção Mantida	100 %
Ação: Subvenção ao Industrial Futebol Clube Produto: Subvenção Mantida	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

Ação: Aquisição de Mat.Permanente p/ Sec. Esportes Produto: Materiais Adquiridos	100 %
Ação: Construção de Quadra c/ Praça e Playground no Bairro Jardim Progresso Produto: Obra Construída	100 %
Ação: Cobertura de Quadra na Praça Adelaide Lobato no Bairro Universitário c/ Infraestrutura de Sanitários Produto: Obra Construída	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Ação: Manutenção de Quadras Esportivas e Parques Produto: Atividades mantidas	100 %
Ação: Const. e Ref. de Quadras e Parques Recreativos Produto: Quadras e Parques Construídos	100 %
Ação: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes p/ Quadras e Parques Recreativos Produto: Equipamentos e Materiais Adquiridos	100 %
Ação: Implementação de Programa Recreativo, Educativo e Esportivo no Período das Férias Escolares Produto: Implementação Realizada	100 %
Ação: Cobertura da Quadra do Bairro Sagrada Família Produto: Quadra Coberta	100 %

Programa: 1001 ATENÇÃO A SAÚDE DA COMUNIDADE

Objetivos: Ampliar a oferta e a qualidade dos serviços de atenção básica com ações de promoção e assistência à saúde da população.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Saúde

DESCRIÇÃO	META
Ação: Contribuição ao COSEMS/MG Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Manutenção do Programa Saúde da Família-PSF Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Aquisição de Equipamentos p/ o PSF Produto: Equipamentos Adquiridos	100 %
Ação: Manutenção das Atividades da Saúde Produto: Atividades Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Ação: Aquisição de Medicamentos p/ o Pronto Socorro Produto: Medicamentos Adquiridos	100 %
Ação: Aquis. de Mat. Hospitalares, Odont. e Laboratorial Produto: Aquisições Efetuadas	100 %
Ação: Aquis. Veículos, Equip. e Mat. Perm. p/ a Saúde Produto: Equipamentos Adquiridos	100 %
Ação: Manutenção dos Serviços Telefônicos Produto: Serviços Mantidos	100 %
Ação: Contribuição ao Consórcio Interm. de Saúde Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Contribuição ao Fundo Estadual de Saúde Produto: Contribuição Mantida	100 %
Ação: Aquisição de Medicamentos p/ o PSF Produto: Medicamentos Adquiridos	100 %
Ação: Aquis. Equipamentos de Informática p/ a Saúde Produto: Equipamentos Adquiridos	100 %
Ação: Const., Ampl. e Reforma de Prédios da Saúde Produto: Prédios Construídos e Reformados	100 %

Programa: 1002 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Objetivos: Promoção e Fiscalização de ações de Vigilância Sanitária para garantia a população de higiene e controle de bactérias causadoras de intoxicações alimentares e outros microorganismos maléficos a saúde da população. Promoção de divulgação de manejos e conservação de alimentos em estabelecimentos comerciais que comercializam alimentos.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção da Vigilância Sanitária Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Contribuição Assoc. Amigos Protetores Animais Produto: Atividades Mantidas	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

ANEXO I
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Programa: 1003 CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Objetivos: Promoção, Realização e Incentivo de Ações de Vigilância Epidemiológicas para combate a vírus e bactérias causadoras de epidemias. Promoção de divulgação de esclarecimentos a população para que sejam tomadas certas atitudes para erradicação de fatores de riscos.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Saúde

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção da Vig. Epidemiológica e Controle de Doenças Produto: Atividades Mantidas	100 %

Programa: 1502 LIMPEZA URBANA

Objetivos: Garantir a Saúde e Higiene da População, mantendo a cidade limpa, proporcionando um ambiente saudável para a população.

Unidade Responsável pelo Gerenciamento do Programa: Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Serviços Urbanos

DESCRIÇÃO	META
Ação: Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Manutenção da Usina de Reciclagem de Lixo Produto: Atividades Mantidas	100 %
Ação: Aquis. de Equip. e Mat. Perm. p/ Usina Rec. Lixo Produto: Equipamentos e Materiais Adquiridos	100 %
Ação: Aquis. de Equip. e Mat. Perm. p/ Serv. Limpeza Produto: Equipamentos e Materiais Adquiridos	100 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
MINAS GERAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019

OBRAS EM ANDAMENTO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

Art. 45 – Lei Complementar 101, de 04/05/2000.

Projeto em Andamento	Cronograma de Execução	Início – Mês/Ano	Fim – Mês/Ano
Obra - Creche	Em andamento*	Jan/2016	-

Projeto a Iniciar	Cronograma de Execução	Início – Mês/Ano	Fim – Mês/Ano
Reforma Telhado - CAI	Projeto a Iniciar	07/2018	-

* Processo Administrativo em andamento visando a rescisão unilateral do contrato por inexecução da contratada – Empresa: Construtora Chaves Costa.